

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 8437 | Salvador, segunda-feira, 25.07.2022

Presidente: Augusto Vasconcelos



GOVERNO BOLSONARO

IR desvaloriza salários

Como se não bastassem a agenda ultraliberal, que corta direitos, a inflação, a carestia e a pandemia, responsável por tantos tormentos para a população, o trabalhador corre o risco de ter o valor de

compra dos salários ainda mais reduzido com a pretensão do governo Bolsonaro de, pelo quarto ano consecutivo, não corrigir a tabela do Imposto de Renda.

Página 4

ANDRÉ ÁVILA - AGÊNCIA RBS



Sem correção, tabela do Imposto de Renda engole salário dos trabalhadores. Poder de compra despenca



Ataques aos sindicatos e aos trabalhadores

Página 2

PLR é conquista dos bancários

Página 3

O trabalhador perde com atos antissindicais

Empresas tentam cercear a atuação dos sindicalistas

ANGÉLICA ALVES
imprensa@bancariosbahia.org.br

NA TENTATIVA de barrar as conquistas da classe trabalhadora, as empresas públicas e privadas, estimuladas pela agenda ultraliberal do governo Bolsonaro, têm aumentado as práticas antissindicais. O problema se agrava desde o golpe de 2016. Os trabalhadores devem se atentar.

A compreensão predominante considera prática antissindical toda ação ou ato de discriminação de natureza sindical ou que tenha por finalidade pre-

judicar, dificultar ou impedir a organização, administração e ação. Além de cercear o direito de sindicalização e a negociação coletiva com o Estado, empregadores ou com terceiros.

Entre os atos considerados antissindicais contra trabalhadores estão demissão ou discriminação em razão da filiação a sindicato, participação em greve, assembleia, manifestação ou o engajamento a qualquer atividade sindical. A mobilização dos empregados é um direito garantido na Constituição Federal de 1988, no item que trata da liberdade sindical. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) também deixa claro que as práticas antissindicais prejudicam os trabalhadores.

Assédio moral causa adoecimento

O **ASSÉDIO** moral é uma das principais causas de adoecimento psicológico dos trabalhadores, inclusive dos bancários. Nos últimos dois anos, na pandemia de Covid-19, os índices de trabalhadores impactados pela depressão e ansiedade disparou.

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho aponta que os afastamentos causados por transtornos mentais registraram a maior alta entre as principais doenças em pedido de benefícios por incapacidade. O núme-

ro de concessões passou de 213,2 mil, em 2019, para 285,2 mil, em 2020. Alta de 33,7%.

O número elevado é resultado do sofrimento prolongado de assédio. Entre os sinais que podem ser definidos como assédio moral estão abuso do poder diretivo, busca incessante do cumprimento de metas e cultura autoritária. Os trabalhadores devem estar atentos à prática abusiva dos bancos. O Sindicato dos Bancários da Bahia reforça que a ação deve ser denunciada e investigada.



Flexibilizar normas sobre saúde do trabalho é retrocesso

O **MPT** (Ministério Público do Trabalho) reagiu à contínua flexibilização das normas

regulamentadoras feita pelo governo Bolsonaro e divulgou nova orientação sobre

o tema para uniformizar a atuação da Procuradoria no país. As NRs possuem regras

e procedimento sobre saúde e segurança no trabalho e as revisões foram determinadas pelo Decreto 9.944, depois revogado pelo 10.905, do ano passado.

As alterações, segundo o MPT, “constituem um novo arcabouço normativo de prevenção de acidentes e adoecimentos relacio-

nados ao trabalho que podem ensejar vulneração ao princípio constitucional do risco ocupacional regressivo mínimo, bem como retrocesso social na área de saúde e segurança do Trabalho”.

O Ministério Público do Trabalho aponta que tem identificado “inconstitucionalidades, inconveniências e ilegalidades” em diversas mudanças relativas à prevenção de doença e acidentes.

Como consequência, vai analisar criteriosamente os casos que envolvam normas regulamentadoras com base na Constituição Federal, no Direito Internacional e na legislação nacional sobre o tema.



Bolsonaro desmonta políticas de proteção e põe em risco a saúde e a segurança no trabalho

CCT garantiu PLR aos bancários

Categoria foi a primeira no Brasil a conquistar o direito

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

NENHUM direito foi simplesmente dado. Após anos de luta do movimento sindical, a categoria bancária conquistou o direito

à PLR (Participação nos Lucros e Resultado) em 1995, três anos após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho.

Com a conquista inédita no país, os empregados dos bancos privados se tornaram os primeiros do Brasil a garantir o benefício. Já na Caixa, a PLR só começou a ser paga em 2003, como fruto de intensas negociações para que os empregados

do do banco tivessem direito.

Através da Convenção Coletiva, todos os bancários foram unificados, o que possibilitou a ampliação dos valores da Participação nos Lucros e Resultado. No último acordo, em 2020, o pagamento foi definido com a regra básica de 90% do salário-base, mais um valor fixo e uma parcela adicional de 2,2% do lucro líquido

quido distribuído linearmente para todos os trabalhadores.

Na Caixa, em 2010, foi garantido o pagamento da chamada PLR Social, que distribui 4% do lucro líquido linearmente. O benefício específico foi conquistado após forte pressão das entidades representativas diante da atuação dos empregados na execução dos programas sociais do governo. Vitória expressiva.

Santander
abusa na
cobrança
de metas.
Bancários
têm
adoecido
com o
assédio



JOÃO UBALDO

Santander assedia e adocece

A POSTURA do Santander tem deixado a desejar. Além de desrespeitar os sindicatos e impor mudanças que impactam a vida dos trabalhadores sem conversar com as entidades sindicais, o banco também mantém uma rotina de cobranças abusivas. Os bancários não aguentam.

Prova da atitude intransigente da empresa é a condenação recente, resultado de uma Ação Civil Pública ajuizada pelo MPT (Ministério Público do Trabalho), por danos morais coletivos em razão de metas abusivas, adoecimentos mentais e assédio moral.

A decisão é importante. Diariamente os sindicatos recebem denúncias de abusos e cobranças exageradas. Em nota, o MPT informa que o acórdão

ressalta que “os diversos depoimentos transcritos na sentença dão nítida ideia do abalo emocional e psíquico impingido pela sistemática organizacional de fixação de metas de produção, mediante cobrança truculenta pelos gestores, seja diretamente ao empregado ou por meio de reuniões com exposição vexatória, cujas metas deveriam ser cumpridas a todo custo”.

As irregularidades que geraram a ação foram levantadas por auditores fiscais do Trabalho, que aplicaram questionários em agências de Santa Catarina com resultados preocupantes. As respostas revelam que os funcionários estão em níveis de sofrimento extremo por conta das distorções na organização e condições de trabalho.

Teletrabalho e cláusulas sociais em negociação

A NEGOCIAÇÃO sobre cláusulas sociais e teletrabalho entre a Fenaban e o Comando Nacional dos Bancários acontece amanhã, às 14h. A rodada estava agendada para sexta-feira, mas foi reagendada após pedido da Federação Nacional dos Bancos.

A mobilização do Comando é para garantir um acordo sobre trabalho remoto com direito ao controle da jornada de trabalho e pagamento de horas extras quando devidas, responsabilização do empregador no fornecimento de equipamentos e con-

dições adequadas de trabalho em relação à saúde e segurança.

Os sindicatos também querem que os direitos dos bancários em teletrabalho sejam equiparados aos que trabalham presencialmente, com implementação e melhoria de canais de gestão do *home office* e o pagamento de auxílio mensal.

ARQUIVO



Teletrabalho passou a ser mais adotado na pandemia

Caixa: Corregedoria sob responsabilidade do CA

A CORREGEDORIA da Caixa deixou de ser vinculada à presidência do banco e agora está sob responsabilidade do Conselho de Administração, segundo comunicado publicado em Fato Relevante.

A instituição financeira alega que o objetivo é “reforçar a autonomia e isonomia da atuação da Corregedoria”, que é o órgão responsável por fiscalizar

as atividades funcionais e condutas dos dirigentes, gestores e empregados da empresa.

A mudança acontece após as denúncias de assédio moral e sexual praticados pelo ex-presidente da Caixa, Pedro Guimarães, e outros dirigentes. Por isso, o movimento sindical questiona a modificação e vai manter a cobrança de uma apuração rigorosa de todas as denúncias.

Na Avaliação dos Riscos Psicossociais e Impactos à Saúde dos Trabalhadores do Banco Santander verificou-se que:

RISCOS PSICOSSOCIAIS	PERCENTUAL
O ritmo acelerado de trabalho para	91,2% dos entrevistados
A carga de trabalho é excessiva para	86,9% dos entrevistados
O volume de trabalho é excessivo	79,4% dos entrevistados
A carga cognitiva está presente nas atividades para	89% dos entrevistados
O ritmo de trabalho é frenético para	87% dos entrevistados

Injustiças no IR afeta os salários

Falta de correção da tabela atinge em cheio o poder de compra dos trabalhadores

ANGÉLICA ALVES
imprensa@bancariosbahia.org.br

O PODER de compra dos trabalhadores, já afetado pela agenda ultraliberal e a pandemia, pode ficar ainda mais reduzido caso o governo Bolsonaro, mantiver a pretensão de não reajustar a tabela de cobrança do IR (Imposto de Renda).

A tabela, vigente desde 2015, estabelece que as pessoas que ganham até R\$ 1.903,00 por mês ou R\$ 22.847,00 por ano são isentas do IR pela Receita Federal. Atualmente, sem a correção, milhões de trabalhadores passaram a ter de pagar impostos. É o caso de quem recebe 1,57 salário mínimo por mês, baseado no piso atual (R\$ 1.212,00).

A Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) estimou que se a tabela de tributo

tivesse sido reajustada no atual governo, 4,7 milhões deixariam de pagar IR. A tabela acumula defasagem de 26,5% e restando menos de seis meses para o final do mandato de Jair Bolsonaro, a discrepância tende a aumentar.



Desmonte social explica fila do Auxílio Brasil

A POLÍTICA ultraliberal de Bolsonaro empurra a população ao empobrecimento, fome e miséria. Graças à incompetência administrativa do governo, 2,78 milhões de famílias estão aptas a receber o Auxílio Brasil, mas amargam na fila, na espera do benefício.

De acordo com dados da CNM (Confederação Nacional dos Municípios), esta é a maior fila desde novembro de 2021, quando o Bolsa Família foi substituído pelo programa. À época, a demanda reprimida por família chegou a 3,1 milhões.

Além do desemprego, alta da inflação e empobrecimento, o tamanho da fila do Au-

xílio Brasil tem ligação direta com o desmantelamento do Sistema Único de Assistência Social. Os setores ligados ao SUAS, como os Centros de Referência em CRAS (Assistência Social), e de suas ferramentas, como o Cadastro Único para programas sociais do governo federal, recebem inúmeras críticas pelo mal funcionamento.

O Auxílio Brasil, na realidade, foi criado como uma jogada política para beneficiar o governo. Sem as diretrizes do Bolsa Família, o programa social tem sido usado como propaganda eleitoral por Bolsonaro, na tentativa de enganar a população mais carente.

ARQUIVO



Quase 2,8 milhões de famílias estão aptas a receber o Auxílio Brasil, mas amargam na fila de espera



SAQUE

Rogaciano Medeiros

BOM SINAL Frações poderosas das elites, com influência na indústria e no sistema financeiro, começam a se mobilizar na organização de uma unidade nacional contra as ameaças golpistas de Bolsonaro. O movimento tem crescido, inclusive na caserna onde, segundo O Globo, há insatisfação do alto comando com o ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira.

PELA CULATRA As criminosas declarações de Bolsonaro na reunião com embaixadores, semana passada, quando voltou a atacar, sem provas, as urnas eletrônicas, e afirmou que não aceitará o resultado se perder a eleição, deixou preocupados até mesmo setores das classes dirigentes simpáticos à reeleição. O tiro saiu pela culatra. Atraiu ainda mais as atenções do mundo.

O REMÉDIO O uso rigoroso das leis é o melhor antídoto para neutralizar a violência da extrema direita. Como feito pelo STF na sexta-feira, quando mandou prender o brutamente bolsonarista Ivan Rejane, que divulgou vídeo ameaçando matar Lula, ministros do Supremo, deputados, senadores e militantes de esquerda. Agora chora na prisão, igual a Daniel Silveira.

QUEM SÃO? Se não houver pressão de setores comprometidos com os direitos humanos, no Brasil e no exterior, o caso dos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips encerrará com a prisão e condenação apenas dos executores. O MPF denunciou três homens como autores, mas o mundo quer saber quem são os mandantes. É o que importa.

DE MANDO Muito estranho a pouca informação na mídia sobre as investigações das mortes de Bruno e Dom. Os indícios apontam para crime de mando, apesar de o governo Bolsonaro insistir em afirmar, antes mesmo do início das apurações, não haver mandantes. As vítimas eram internacionalmente conhecidas e os matadores, pessoas simples, não agiriam por conta própria.